

JOÃO AMADO
(COORDENAÇÃO)

MANUAL DE
**INVESTIGAÇÃO
QUALITATIVA**
EM EDUCAÇÃO

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

JOÃO AMADO
(COORDENAÇÃO)

MANUAL DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2013
111 p.
14,70

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA

Mickael Silva

EXECUÇÃO GRÁFICA

Gráfica de Coimbra

ISBN

978-989-26-0655-2

DEPÓSITO LEGAL

366011/13

V PARTE
PROBLEMÁTICAS DA VALIDAÇÃO, APRESENTAÇÃO
DOS DADOS E TEORIZAÇÃO

O trabalho do investigador qualitativo tem legitimidade própria e não é simplesmente um saco misterioso onde cabem todas as coisas que não são quantitativas

(Kirk e Miller, 1986).

A investigação qualitativa, uma vez que se traduz num conjunto de paradigmas opostos a uma visão positivista da ciência, compromete-se a seguir uma tendência constantemente sujeita a olhares críticos e avaliadores, prontos a negar-lhe a sua credibilidade a qualquer deslize, dado o peso que a tradição e a cultura atual conferem ao paradigma hipotético-dedutivo. Com efeito, esta preocupação com a cientificidade do conhecimento produzido leva-nos a concordar que não basta apenas saber "contar histórias convincentes" (Silverman, 1993: ix) e é preciso ter cuidado com aquilo a que Rist (1980, cit. por Howe e Eisenhart, 1993) chamou de "etnografia relâmpago" (p. 173). Porém, outras motivações há para tais cuidados acrescidos com a credibilidade das estratégias qualitativas de investigação. Como defende Follari (2008), o tribunal da razão científica é composto apenas por jurados com posições bem próximas do positivismo, pelo que elas são apresentadas, então, "como juízos universais, e esse curioso 'efeito de leitura' é uma das principais causas das dúvidas sustentadas nos métodos qualitativos de aproximação às ciências sociais" (p. 76). Também é do conhecimento geral que os motivos desta preferência tradicional pelo paradigma hipotético-dedutivo não são

meramente científicos, mas prendem-se ainda, às vezes de uma forma eventualmente perversa, com a mentalidade utilitarista e tecnocrata dos consumidores e financiadores da investigação (Ferrarotti, 2007).

Nesta parte do manual faremos uma breve introdução à questão geral da validação do conhecimento científico, para depois avançarmos com algumas notas sobre a problemática específica da validação ecológica, própria do paradigma fenomenológico-interpretativo, com especial destaque para as questões da credibilidade, da transferibilidade, da confiança e da confirmabilidade. Acrescentaremos ainda algumas notas sobre os critérios de validação nos paradigmas sócio-crítico e pós-modernos, para afirmarmos, finalmente, a extrema complexidade do que está em jogo ao procurarmos validar os resultados de uma investigação qualitativa.

Subjacente à preparação dos textos esteve a convicção, por parte dos seus autores, de que fazer ciência implica uma postura de verdadeira 'vigilância epistemológica'. De facto, ao grande repertório de estratégias e de técnicas de investigação qualitativa em educação (cf. Major e Savin-Baden, 2011), torna-se indispensável acrescentar uma permanente atitude reflexiva, mormente sobre as condições em que a mesma é e deve ser feita para ser válida e aceite como 'ciência' pela comunidade científica (Bridges, 2006).

Concordamos com Janesick (1994), quando esta autora defendeu que o carácter excessivamente psicométrico da investigação em educação conduziu, durante muito tempo, a uma espécie de despersonalização das pessoas estudadas, retirando-as do seu contexto de significações. Além disso, "considerando a complexidade das interações humanas e dos contextos de vida, dificilmente se aceitará que os mesmos possam ser explicados, de forma exaustiva, pelo estabelecimento de relações de causalidade ou pela formulação de teorias assentes em postulados estatísticos" (Vieira, 2004:61). No entanto, entendemos ser prudente uma atitude de permanente subjetividade disciplinada por parte de quem faz investigação qualitativa, para não dar razão aos que a acusam de constituir um conjunto de estratégias *light* de pesquisa ou um tipo de "pesquisa *soft*, indicada para os estudos menos rigorosos" (LeCompte, 1997:247).

Juntamente com um capítulo sobre a problemática da validação e dos critérios propostos pelos diversos paradigmas de base qualitativa,

avancaremos um outro sobre os processos de *apresentação e discussão dos dados*, que acompanham igual variedade de modalidades de exposição e de escrita final dos resultados da investigação. Também aqui não deixaremos de abordar a polémica em torno da escrita suscitada pelos paradigmas pós-modernos para quem o próprio ato de escrever é já em si mesmo um processo de investigação e de descoberta, um processo de criação de sentidos e de realidades. Nesta perspetiva, a diversidade de géneros de escrita permite a construção de múltiplas realidades, o que nos coloca longe da ideia de que a escrita é um processo de transmissão de uma realidade exterior à criatividade do sujeito (até porque essa realidade não existe). Perguntaremos, ainda: em que consiste interpretar e teorizar? E como chegar a esse ponto não perdendo a coerência em relação aos dados, nem distorcendo o sentido que lhes foi dado pelos sujeitos investigados e participantes? A reflexão que estas perguntas suscitam e exigem terá o seu desenvolvimento na parte final deste capítulo.

Terminaremos com uma breve consideração acerca dos princípios éticos exigidos por qualquer tipo de investigação, acentuando, no entanto, alguns aspetos próprios das estratégias qualitativas de investigação, com particular destaque para a investigação em educação – em especial, a necessidade de não trair a confiança depositada no investigador pelas pessoas participantes no trabalho desenvolvido no terreno de pesquisa.

V – 1. A VALIDAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA

As questões relativas à credibilidade científica da investigação qualitativa colocam-se, de um modo muito intenso, se nos posicionarmos no confronto entre paradigmas, se tivermos em conta a dominância do paradigma positivista e, ainda, a reconhecida dificuldade em conceber a complementaridade paradigmática.

No entanto, seja qual for o paradigma em que nos situemos, haverá sempre necessidade de demonstrar a credibilidade das conclusões a que se chega, a adequabilidade das respostas dadas às questões de partida da investigação, e a legitimidade dos processos metodológicos utilizados para o fazer (cf. Vieira, 1995a,b; 1999). E isto deverá fazer-se, ainda que no interior de cada paradigma se entenda diferentemente o problema e não haja univocidade no conjunto de conceitos em jogo.

Segundo Guba (1989:236; cf. Boavida e Amado, 2008:101; Marshall e Rossman, 1995:143), a problemática da validade da investigação sintetiza-se nas seguintes questões:

- 'Como estabelecer confiança na verdade das descobertas de uma investigação particular, para os participantes e contexto em que se levou a cabo a dita investigação?'. Procura-se responder acerca do valor de verdade.
- 'Como determinar o grau em que podem aplicar-se as descobertas de uma investigação particular, a outros contextos ou com outros participantes?'. Aqui é de aplicabilidade de que se trata.
- 'Como determinar se as descobertas de uma investigação se repetiriam de um modo consistente se se replicasse a investigação com os

mesmos participantes (ou semelhantes), no mesmo (ou semelhante) contexto?'. Procura-se pois saber a consistência do método.

- 'Como estabelecer o grau em que as descobertas resultam apenas em função dos participantes investigados e condições da investigação e não se devem às inclinações, motivações, interesses, perspectivas, etc. do investigador?'. O problema aqui é o da neutralidade.

Se cruzarmos estas questões no interior dos paradigmas hipotético-dedutivo e fenomenológico-interpretativo, veremos que cada um deles aponta para soluções diferentes, como se expressa no quadro n.º 15.

Quadro n.º 15- Critérios de credibilidade do conhecimento científico segundo diferentes paradigmas

Critérios de comparação	Paradigma hipotético-dedutivo	Paradigma fenomenológico-interpretativo
Valor da verdade	Validade interna	Credibilidade
Aplicabilidade	Validade externa / Generabilidade	Transferibilidade
Consistência	Fiabilidade	Confiança
Neutralidade	Objetividade	Confirmabilidade

Para além das diferenças entre os paradigmas referidos no que respeita ao problema da validade da investigação, e que abordaremos de forma muito simplificada na secção seguinte, acrescentaremos ainda, em momento posterior, outras visões e soluções do problema, geradas no interior de outros paradigmas emergentes no decurso da história da investigação qualitativa (paradigma sócio-crítico e paradigmas pós-modernos).

V-1.1. Paradigma fenomenológico-interpretativo e validação ecológica ou naturalista

Apesar da controvérsia, há que reconhecer, na sequência de muitos investigadores (e.g., Goetz e LeCompte, 1988; Guba, 1989; Lincoln e Guba, 1985), que no interior do paradigma fenomenológico-interpretativo se deve garantir, pelo menos, que os dados correspondam à realidade, que existe 'coerência interna' entre eles, e que as conclusões obtidas

através dos processos de codificação – utilizados na análise de conteúdo dos dados – e de seleção da informação trabalhada, e disponibilizada publicamente, são plausíveis e se integram no corpo teórico de conhecimentos já existente sobre o tema (Follari, 2008; Huberman, 1981; Hébert *et al.*, 1994). Estamos de acordo com Follari (2008), quando este autor afirma que o discurso “deverá obedecer a certas condições de validade, de entre elas, à de um mínimo de validade intersubjetiva, especificação de teorias, métodos e técnicas, ou à congruência interna da explicação oferecida” (p. 78). Por tudo isso, um bom plano de investigação deve prever as estratégias necessárias e a sua correta aplicação, para pôr de parte as ‘hipóteses rivais’ (Maxwell, 1996:88) plausíveis, garantindo que as nossas conclusões decorrem de uma investigação rigorosa, ainda que aberta à crítica e à revisibilidade (Popper, 1998, 2003).

Esta foi, aliás, a posição dos autores que se enquadram no *período modernista ou idade de ouro* (1950-1970), segundo a periodização de Denzin e Lincoln (2003), referida na primeira parte ⁸⁵ deste manual. Estes autores e toda a sua escola revelam, com efeito, uma preocupação por ‘capturar a realidade’, procurando, igualmente, submeter-se aos critérios tradicionais de validação – preocupação pela validade interna e externa (neste caso: *credibilidade* e *transferibilidade*), procedimentos standardizados de recolha e de análise dos dados (*confiança* e *confirmabilidade*, obtidos através de quantificações, emprego de programas computadorizados para a análise da informação, retorno das interpretações aos participantes estudados, etc.). Não se trata, portanto, de negar a necessidade de um esforço de validação, nem de o ‘ultrapassar’, mas de “passar por ele” fazendo-o *numa outra direção*” (Esteves, 1986:252). Uma direção que dá um peso determinante aos processos de recolha e de análise de dados, ao papel central e ‘vivo’ (Punch, 1994) da pessoa do investigador, ao retorno ao contexto, tantas vezes quantas as necessárias, até se obter a chamada saturação dos dados, e a uma análise constante das interpretações efetuadas, sempre que possível com recurso a uma triangulação

TRIANGULAÇÃO

⁸⁵ Em parte, esta era também uma preocupação dos autores que se enquadram no período da *indiferenciação de géneros* (*blurred genres*), entre 1970 e 1986.

de avaliadores (nos quais se incluem, necessariamente, os participantes). Por tudo isto, torna-se indispensável que, numa investigação de natureza qualitativa, se explicitem claramente as fases do processo e as respetivas metodologias de recolha e de análise de dados, quer para possibilitar o ajuizamento público sobre a credibilidade do conhecimento produzido, quer para permitir a outros investigadores a repetição da pesquisa, ou a condução de um trabalho análogo, ou no mesmo contexto ou em outros terrenos férteis semelhantes.

Seguidamente veremos como, sobretudo no âmbito do *período modernista ou idade de ouro*, se procurou dar resposta às quatro questões fundamentais acima destacadas, tendo como referenciais o quadro anterior e o contraste/oposição entre paradigmas.

V – 1.1.1. O valor de verdade – validade interna *versus* credibilidade

Retomando o esquema anterior (quadro nº 15) podemos dizer que a resposta à questão de ‘como estabelecer confiança na verdade das descobertas de uma investigação particular, para os participantes e contexto em que se levou a cabo a dita investigação?’, vai depender essencialmente da correção e exatidão da descrição dos dados (procedente do uso adequado de estratégias para os obter), da precisão das interpretações e do rigor das conclusões.

Numa investigação realizada no quadro do paradigma hipotético-dedutivo fala-se, então, de *validade interna*, procurando com isso saber se “a conclusão é sustentada por aquilo que foi feito na investigação e pelos resultados obtidos; isto inclui a operacionalização das variáveis, o plano ou *design* da investigação, o controlo das variáveis parasitas, a precisão e validade dos instrumentos, a utilização correta das técnicas de análise dos dados, etc.” (Boavida e Amado, 2008:102).

No caso da investigação produzida com base no paradigma fenomenológico-interpretativo, mantém-se a necessidade de garantir a correção e exatidão dos dados (isto é, que o assunto foi cuidadosamente identificado e descrito), e a correção das interpretações. Contudo, neste caso, o que se procura garantir é a *credibilidade* do processo e das conclusões, dada a natureza

dos instrumentos, a forte dependência de todo o processo relativamente à essência da interação estabelecida entre observador e observado e, ainda, dada a natureza dos objetivos deste tipo de investigação. Para que haja ‘credibilidade’ é necessário que todo o processo se tenha desenrolado de forma ‘creível’, ‘documentada’ e ‘lógica’⁸⁶. E, neste ponto, há que distinguir vários níveis de credibilidade: *descritiva, interpretativa e teórica*⁸⁷. Passamos a tentar dar-lhes uma possível definição operacional, para que os seus pressupostos teóricos se consigam traduzir em aspetos práticos no decurso da investigação.

• A credibilidade descritiva

Obtém-se durante a própria recolha de dados, sendo necessário garantir, acima de tudo, a fidelidade da descrição do que se viu e ouviu (o que pode ser facilitado através do uso de registos magnéticos, como o gravador e o vídeo). Como diz Wolcott (1990:27, cit. por Maxwell, 1992:286), a “descrição é o alicerce sobre que se constrói a investigação qualitativa”.

Este grau de credibilidade assenta em procedimentos de recolha de dados corretamente aplicados, bem como:

- na presença prolongada em trabalho de campo (no caso da observação participante – o que já não acontece num estudo meramente assente em entrevistas, onde a reatividade é muito maior);
- nas múltiplas observações de acontecimentos típicos e atípicos, o que permite as comparações constantes de dados e a triangulação da informação.

⁸⁶ A descrição de todos os passos dados no terreno e durante a análise dos dados constitui um elemento importante para ajuizar da credibilidade; igualmente importante é a apresentação em anexo a uma investigação, sempre que possível (como no caso de uma dissertação ou tese académica), do corpo documental ou parte dele (registos, transcrição das entrevistas (ainda que não apareçam na íntegra, para evitar a quebra de anonimato dos participantes, por exemplo), notas de campo), e da matriz da análise de conteúdo.

⁸⁷ Cruzamos aqui a proposta de Maxwell (1992: 1996: 89; cf. Boavida e Amado, 2008:104) que considera a existência de três tipos de validade: descritiva, interpretativa, teórica.

• *A credibilidade interpretativa*

Consiste no facto de os registos captarem fielmente o 'ponto de vista' ou a 'perspetiva' dos atores – incluindo-se aqui, as suas intenções, crenças, afetos e avaliações. O tempo prolongado de presença no terreno é, também, um meio para se alcançar esta validação pois, ao longo dos meses e dos anos, vai-se formando uma noção real do que é verdadeiro ou falso, do que é relevante ou não, neste encontro entre seres humanos – o investigador e os investigados (cf. Measor, 1985:74; Wolcott, 1993:148). É necessário, pois, ouvir e distinguir as nossas conceções, enquanto investigadores, das que são expressas pelas pessoas a quem reconhecemos o papel de informantes-chave, dando-lhes oportunidade de dizer o que pensam (questões abertas e comprovação com os participantes). Não é uma exigência fácil, já o dissemos. A este propósito, Pires (2008) chama a atenção para o facto de que, "apesar do pesquisador dever associar os resultados da análise com os eixos teóricos da sua pesquisa, é preciso que estes não provoquem uma manipulação dos resultados, nem funcionem como uma espécie de 'dissonância cognitiva', servindo de filtro ou espelho deformantes da interpretação das informações discursivas, postas a serviço de teorias" (p. 124). Na alínea V – 2.2. (Interpretação e Teorização) voltaremos a este tema.

• *A credibilidade teórica*

Refere-se à interpretação dos dados e à construção teórica que, atravessando a credibilidade descritiva e interpretativa, vai tendo lugar durante o estudo e é, também, o seu fecho. É preciso verificar o isomorfismo e a coerência entre os dados recolhidos junto das pessoas observadas e a construção interpretativa e teórica realizada pelo observador. Entram aqui em jogo aspetos como os da *aplicabilidade* ou *generalização* das conclusões, bem como a necessidade de ter em conta o rigor de todos os procedimentos da investigação (recolha, análise e controlo).

Para a verificação deste isomorfismo, o investigador tem à mão vários procedimentos possíveis, sempre inspirados nas propostas de Denzin

(1978; cf. Vieira, 1998:765-766), Guba (1981; cf. Vieira, 1999:102-103) e de Lincoln e Guba (1985; cf. Boavida e Amado, 2008:105), os quais foram sendo afinados por outros autores posteriores, em domínios diversos:

■ Procedimentos de análise de dados – *a triangulação*. Estes procedimentos podem traduzir-se:

- no cruzamento dos dados registados com base em vários métodos e técnicas e a partir de várias fontes (Maxwell, 1996:93);
- no cruzamento das perspetivas de diversos informantes (Vasquez e Martínez, 1996:43), depois de se ter procedido à sua codificação;
- no cruzamento dos dados e interpretações obtidas através de análises quantitativas (caso existam) e qualitativas (Cook e Reichardt, 1986, cit. por Guerrero López, 1991:18);
- finalmente, no cruzamento de conclusões de diversos investigadores (isto pode traduzir-se, ainda, numa "constelação de dados complementares, referentes a diferentes aspetos de um lugar ou diferentes lugares" (Hammersley e Atkinson, 1994:217).

A triangulação "reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenómeno em questão" (Denzin e Lincoln, 2003:8), mas enquanto não se operarem estes cruzamentos, o investigador deve manter-se "numa posição de dúvida" (Iturra, 1986:153).

■ Procedimentos de controlo, nas seguintes modalidades:

- *Corroboração pelos participantes* – Neste caso solicita-se aos participantes que façam leituras dos dados recolhidos (por exemplo, depois da transcrição de uma entrevista) e comentários sobre as interpretações e conclusões. A comprovação deve ser feita de modo a não ferir suscetibilidades nem violar o direito à privacidade (Measor, 1985). Contudo, não se deve tomar como necessariamente válido o pronunciamento dos par-

ticipantes (Maxwell, 1996:94). Peter Woods (1999:55) designa o processo como 'validade respondente', e considera que ele nem sempre é desejável ou apropriado.

- *Transferibilidade, aplicabilidade e feedback* - Consiste em remeter análises (com descrições e transcrições abundantes), e conclusões, à consideração de pessoas ou grupos familiares ou estranhos em relação aos fenómenos estudados e verificar em que medida se observam também nesses outros contextos.
- *Procedimentos quase-estatísticos* - Como em muitas investigações qualitativas existe uma dimensão quantitativa implícita, que decorre naturalmente da leitura dos próprios dados (por exemplo, quantidade de fontes, discrepâncias, etc.), torna-se necessário explicitar esses dados nas conclusões, segundo nos adverte Becker (1970, cit. por Maxwell, 1996:95), o que as torna mais objetivas.
- *Comparação com grupos de controlo* - Um procedimento que pode encontrar-se em estudos qualitativos, sobretudo quando realizados em múltiplos locais. Mas, num estudo de caso, podem fazer-se comparações com o que informa a literatura relevante, ou, como num estudo de Martha Regan-Smith (1992, cit. por Maxwell, 1996) em que "os estudantes que ela entrevistou contrastavam explicitamente aqueles professores com outros cujas aulas eles sentiam não lhe oferecer tanto apoio" (p. 96), informações estas que eram corroboradas pela observação participante da investigadora.

Pode dizer-se que a 'verdade' afirmada vale tanto quanto o garantem os processos e os instrumentos utilizados na investigação; por isso torna-se fundamental que esta assente em processos controláveis e coerentes entre si. Mesmo assim, ficar-se-á sempre longe da 'verdade absoluta' (Phillips & Burbules, 2000)⁸⁸.

⁸⁸ Phillips e Burbules (2000:4) recordam as palavras de Dewey, para quem uma "convicção autorizada" deve apoiar-se em "investigações competentes".

V - 1.1.2. A aplicabilidade - generalização *versus* transferibilidade

O problema da aplicabilidade consiste em saber *como determinar o grau em que podem aplicar-se as descobertas de uma investigação particular, a outros contextos ou com outros participantes*. No caso do paradigma hipotético-dedutivo, procura-se saber se se podem fazer *generalizações* estatisticamente confirmáveis. Na investigação qualitativa, por seu turno, questiona-se até que ponto as conclusões podem ser *transferidas* para outros contextos relativamente próximos e homogêneos.

Como diz Erickson (1989:223 e 268), o grande objetivo da investigação qualitativa é 'particularizar', ao contrário de generalizar⁸⁹, uma vez que as conclusões devem referir-se sempre a determinado contexto, sublinhando a especificidade do que é singular e excecional. Existe, porém, a possibilidade de uma *generalização interna* (Maxwell, 1992) ao próprio caso estudado, dependendo dela, segundo o mesmo autor, a validade descritiva, interpretativa e teórica do estudo.

Acresce, ainda, que a impossibilidade de fazer uma generalização externa na investigação qualitativa não impede que se possa realizar (de forma moderada⁹⁰, tendo em conta as especificidades de cada situação), alguma transferência entre contextos, como consequência de certas semelhanças entre eles (Guba, 1989:153; Wolcott, 1993:138). Neste caso, como diz Rodrigues (1992), a transferibilidade procede pelo "reconhecimento da *semelhança* entre objetos e questões dentro e fora do contexto, permanecendo sensível à variação natural dos fenómenos e reconhecendo que a verdade se encontra tanto no geral e no típico, como no particular e no atípico. Nesta perspetiva, a generalização procede antes caso

⁸⁹ Note-se que a transferibilidade é também designada de diversos outros modos, como: *generalização naturalista* (Guba, 1981; cf. Maxwell, 1992; Johnson, 1997:197), *generalização externa*, *generalização intermédia* e *'temanação'*, na medida em que uma tal generalização "permite estender os resultados descobertos a grupos próximos e homogêneos" (Zabalza, 1994: 84).

⁹⁰ Diz Morse (1997) que "os investigadores qualitativos são teoricamente tímidos" (p. 176), mantendo-se no interior dos seus dados e evitando generalizações; a moderação de que falamos não resulta da 'timidez', mas do reconhecimento da especificidade epistemológica dos paradigmas de investigação qualitativa e do reconhecimento da complexidade das realidades sociais estudadas.

a caso, correspondendo a uma transferência para um caso semelhante e não para uma população, raramente assumindo a forma de *previsões*, mas frequentemente ou geralmente conduzindo a *expectativas*" (p. 39).

Recordamos ainda as palavras de Zabalza (1994), a este propósito e já atrás citadas: diz ele que apesar de não estar preocupado com a generalização, "de todas as formas, qualquer investigação, pelo menos implicitamente, tem um compromisso com a generalidade e com o desenvolvimento da teoria de que parte, e, neste sentido, as disjuntivas, intensivo-extensivo, nomotético-idiográfico, estão sempre presentes no planeamento e no desenvolvimento das investigações" (p. 86). Ou, ainda, estas outras palavras de Pais (2001:109): "um caso não pode representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se refletir".

V - 1.1.3. A consistência – fiabilidade *versus* confiança

O problema que aqui se coloca é, repetimos, *como determinar se as descobertas de uma investigação se repetiriam de um modo consistente se se replicasse a investigação com os mesmos participantes (ou semelhantes), no mesmo (ou semelhante) contexto.*

A *consistência* no paradigma hipotético-dedutivo traduz-se na fiabilidade dos instrumentos, permitindo que diferentes investigadores, utilizando os mesmos meios, possam tirar conclusões estatisticamente comparáveis, repetíveis e replicáveis (Rodrigues, 1992:39). Está aqui especialmente em jogo a *consistência de um método*. Neste caso, "a tónica é colocada primordialmente no tipo de técnica de recolha de dados" (Vieira, 1999:93), que o investigador escolhe antes de iniciar a pesquisa. De facto, "quando diferentes observações de um mesmo fenómeno conduzem à obtenção de resultados semelhantes, diz-se que o instrumento é fidedigno" (Vogt, 1993:195).

Na investigação fenomenológico-interpretativa não é de fiabilidade (no sentido positivista) que se trata, mas de *confiança nas intenções e nos processos metodológicos do investigador*. Esta preocupação tem a ver "não com os instrumentos *per se*, mas sim com a consistência do estilo interativo do investigador, do tipo de registo de análise dos dados e da

interpretação que este faz dos significados individuais captados durante o trabalho de campo com os participantes" (McMillan e Schumacher, 1989:188). Pode ser-se 'fiável' mas não válido, não se pode é ser 'válido' sem se ser fiável. A este respeito, Bartlett e colaboradores (2001:53) dão-nos como exemplo um inspetor que passa um teste a uma turma e que pede para os estudantes assinarem o teste (é fiável); as respostas virão a ser condicionadas por este facto e podem não refletir verdadeiramente o pensamento dos inquiridos (não é válido).

Na realidade, um dos grandes problemas que se coloca à fiabilidade dos estudos qualitativos é o facto de eles não assentarem numa definição apriorística dos conceitos, uma vez que eles vão sendo construídos e refinados à medida que cada investigação vai decorrendo (Vieira, 2011) nos contextos que lhe dão sentido. Por isso mesmo, também se torna difícil compreendê-los fora do contexto particular onde foram gerados, o que levanta problemas à replicação das conclusões por outras pessoas interessadas em repetir a pesquisa.

Para se obter uma boa 'consistência' e 'confiança' nos resultados – na base de um olhar crítico sobre o trajeto percorrido, mais do que na suposta possibilidade de o percorrer de novo – são necessários pelo menos dois grandes requisitos. O primeiro consiste na necessidade de que o trabalho realizado pelo investigador (do ponto de vista do estilo de interação e da sistematicidade dos métodos usados na recolha e na análise dos dados) seja cuidadoso, exaustivo, de modo a possibilitar a 'triangulação' das conclusões, em função de alguma diversidade de técnicas de recolha de dados. O segundo requisito consiste numa descrição rigorosa dos processos de investigação utilizados – descrição que traduza técnicas e estilos de interação ou modos de criar confiança nos investigados – e dos contextos em que a pesquisa se produziu.

V - 1.1.4. A neutralidade – objetividade *versus* confirmabilidade

Neste ponto particular impera a seguinte questão: *Como estabelecer o grau em que as descobertas resultam apenas em função dos participantes*

investigados e condições da investigação e não se devem às inclinações, motivações, interesses, perspectivas, etc., do investigador? No paradigma hipotético-dedutivo, o que aqui está em jogo é a questão da objetividade, presumivelmente alcançável através do uso correto de metodologias fiáveis e da 'suposta' neutralidade do investigador⁹¹. Como diz Rodrigues (1992, referindo Lincoln e Guba, 1985), a neutralidade "corresponde ao grau em que os resultados são apenas função do objeto e das condições de investigação e não dos vieses, motivos, interesses e perspectivas do investigador" (p. 40).

Segundo o mesmo autor, no paradigma fenomenológico-interpretativo apela-se mais para as noções de *intersubjetividade* e de *confirmabilidade* do que de objetividade. Contudo, a neutralidade aqui pode ter o sentido de "imparcialidade, ou seja, de representação equilibrada e equitativa das diferentes (e, porventura, conflitantes) perspectivas dos implicados ou participantes" (Rodrigues, 1992:40).

Por outro lado, há neutralidade se procurarmos que as conclusões assentem tanto quanto possível nas interpretações das pessoas estudadas (por elas confirmáveis) e não nos pré-juízos e pré-conceitos do investigador. É também esta corroboração das conclusões pelos participantes que permite dar o legítimo relevo à sua 'voz' (tanto ou mais importante quanto ela habitualmente não é ouvida, como o destacam os paradigmas sócio-críticos e pós-modernos). Esta estratégia poderá aproximar-se de uma *objetivação participante*, de que fala Bourdieu (1993).

Maxwell (1996:90) considera que os dois grandes inimigos da validade são as teorias prévias e preconceitos do investigador (*research bias*) e a reatividade das pessoas investigadas (*reactivity*). Para combater os primeiros há que estar atento, num constante esforço de flexibilidade e subjetividade disciplinada, aos seus possíveis efeitos. Quanto à *reatividade* (pense-se na importância deste fenómeno, por exemplo, nas entrevistas biográficas), o autor mencionado defende que o objetivo não

⁹¹ Guba (1989:154) chama a atenção para a existência de muitos preconceitos – nomeadamente étnicos – na investigação social (por exemplo, o problema da quociente de inteligência), o que revela como é difícil a objetividade mesmo usando testes padronizados.

será eliminar a probabilidade da sua ocorrência, mas tentar compreendê-la e usá-la, se possível, de modo produtivo para fins de pesquisa.

Pode dizer-se, então, que no paradigma fenomenológico-interpretativo, a neutralidade é difícil, na medida em que investigador e participantes poderão estar muito próximos em termos emocionais, sociais e culturais. Pode ainda acontecer que quem faz investigação não esteja pronto para enfrentar o perigo de 'tornar-se nativo' (*going native*), sendo incapaz de fazer análises 'isentas' das situações estudadas (Vicira, 1998). No entanto, não é impossível, sendo para isso necessário que o investigador saiba executar "o exercício dialético de proximidade e afastamento, para o qual deve ter sido preparado quando se formou como investigador" (Estrela, 2007a:27).

V-1.2. A validação nos paradigmas sócio-crítico e pós-modernos

As orientações expostas no ponto anterior deste capítulo são rejeitadas por tradições mais recentes, na linha de sensibilidades pós-estruturais, pós-modernas e críticas ('não-fundacionalistas'⁹²). Para estas sensibilidades, "a realidade social é uma construção mediada e filtrada sempre pelas lentes da linguagem, do género, da classe social, da raça e da etnicidade" (Denzin e Lincoln, 2003:31). Não se trata de observações objetivas, mas apenas de observações socialmente situadas nos mundos *do – e entre o –* observador e do observado. Não se podem colocar, pois, nesta perspectiva, as tradicionais questões da objetividade e da separação entre sujeito e objeto.

Na perspectiva pós-moderna, já o dissemos (cf. cap. 1-1.3.), logo à partida se nega a ideia de que a verdade implique uma 'correspondência' com realidades externas aos participantes e 'representadas' pelos conceitos. Nega-se a neutralidade do investigador, quando mais não seja, porque foi ele quem selecionou os dados, quem criou os instrumentos de recolha dos

⁹² As teorias 'fundacionalistas' são as que, em torno de certas concepções do mundo, assentam num modelo de verdade revelada e, como tal, de algum modo sagrada. Por outras palavras, o conhecimento funda-se em dados certos "a partir dos quais se derivam conclusões lógicas que podem ser rigorosamente testadas" (Hammersley, 2008: 42).